



ESTADO DA BAHIA

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO

CGC – 16.445.850/0001-33 - Fone – 74 3668 1110

Rua 2 de Julho, 103 - e-mail camaradevereadoresjd@gmail.com

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 004/2025 (Processo Administrativo nº 010/2025)

TORNA-SE PÚBLICO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO, POR MEIO DO SETOR DE LICITAÇÕES, REALIZARÁ DISPENSA ELETRÔNICA, COM CRITÉRIO DE JULGAMENTO O MENOR PREÇO OU MAIOR DESCONTO, NA HIPÓTESE DO ART. 75, INCISO I OU II, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, E DEMAIS LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.

DATA DA SESSÃO: 28 de março de 2025

LINK: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>;

HORÁRIO DA FASE DE LANCES: 08:00 ÀS 15:00

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA:

1.1. O objeto da presente dispensa é a: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BUFFET, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES E LANCHES (KIT FESTA), PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO/BA**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A contratação será conforme tabela constante abaixo:

LOTE 01: FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO TIPO (SELF SERVICE)			
Código	Descrição detalhada	Med.	Qtde.
01	REFEIÇÕES NO SISTEMA SELF - SERVIC: COM NO MÍNIMO: FEIJÃO, ARROZ E/OU MACARRÃO, SALADA CRUA COM NO MÍNIMO TRÊS TIPOS DE VERDURAS E LEGUMES, BATATA GRATINADA, SALADA COZIDA, GUARNIÇÃO COM 02 COMPONENTES CARNE BOVINA, SUÍNA, PEIXE OU FRANGO.	UND	200
02	REFRIGERANTE EM GARRAFA DESCARTAVEL DE 2000 ML: OS SABORES DEVEM SER VARIADOS. CONTENDO AS SEGUINTE COMPOSIÇÕES: COLA - (AGUA, GASEIFICADA, EXTRATO DE NOZ DE COLA, CAFEINA, CORANTE AMARELO IV, ACIDULANTE INS 338 E AROMA NATURAL NÃO CONTEM GLUTEN, NÃO ALCOOLICO), LARANJA (AGUA GASEIFICADA, AÇUCAR, SUCO NATURAL DE LARANJA, 10% AROMA ARTIFICIAL,	UND	80



ESTADO DA BAHIA

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO

CGC – 16.445.850/0001-33 - Fone – 74 3668 1110

Rua 2 de Julho, 103 - e-mail camaradevereadoresjd@gmail.com

	ACIDULANTE INS330, CONSERVADORE INS 211, ESTABILIZANTES INS444 E INS480, CORANTE ARTIFICIAL INS 110. NÃO CONTEM GLUTEN, NÃO ALCOOLICO), UVA - (AGUA GASEIFICADA, AÇUCAR, SUCO NATURAL DE UVA, 10% AROMA ARTIFICIAL, ACIDULANTE INS330, CONSERVADORE INS 211, CORANTE ARTIFICIAL INS 123, INS 133 E TRATARZINA, AROMA SINTETICO ARTIFICIAL, NÃO CONTEM GLUTEN, NÃO ALCOOLICO), GUARANA - (AGUA GASEIFICADA, AÇUCAR, SEMENTE DE GUARANA 0,025%, ACIDULANTE INS330, CORANTE AMARELO IV, AROMA SINTETICO IDENTICO AO NATURAL, CONSERVADOR INS 211, NÃO CONTEM GLUTEN, NÃO ALCOOLICO), LIMÃO - (AGUA GASEIFICADA, AÇUCAR, SUCO NATURAL DE LIMÃO 2,5%, AROMA NATURAL, ACIDULANTE INS330, CONSERVADOR INS 211, NÃO CONTEM GLUTEN, NÃO ALCOOLICO).		
03	FORNECIMENTO DE SUCO NATURAL DE FRUTAS	Lts.	20
~			
LOTE 02: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ASSOCIADO A FORNECIMENTO DE KIT DE DOCES E SALGADOS			
ITENS	DESCRIÇÃO	QUANT	MED
01	KIT FESTA COM 05 SALGADOS, 01 FATIA DE BOLO E DOIS DOCINHOS.	400	UND
02	PÃOZINHO DE QUEIJO, TAMANHO PADRÃO, COM RECHEIO DE PATÊ NOS SABORES: FRANGO, PRESUNTO, QUEIJO OU AZEITONA, QUE DEVE SER SOLICITADO PREVIAMENTE E EMBALADO EM BANDEJA SELADA COM PAPEL FILME. O PRODUTO DEVE ESTAR DE ACORDO COM AS NORMAS E RESOLUÇÕES DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA.	300	UND
03	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ASSOCIADO AO FORNECIMENTO DE SALGADO, QUIBE, PRONTO PARA CONSUMO, TAMANHO MÉDIO, QUE DEVE SER SOLICITADO PREVIAMENTE E EMBALADO EM BANDEJA E SELADOS EM PAPEL FILME, QUE SERÃO SOLICITADOS PREVIAMENTE E CONFORME AS NECESSIDADES DOS EVENTOS PROMOVIDOS PELA CÂMARA MUNICIPAL.	500	UND
04	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ASSOCIADO AO FORNECIMENTO DE SALGADO, PASTEL, RECHEADO COM CARNE DE 1ª. EMBALADO EM BANDEJA E SELADO COM PAPEL FILME, QUE SERÃO SOLICITADOS PREVIAMENTE E CONFORME AS NECESSIDADES DOS EVENTOS PROMOVIDOS PELA CÂMARA MUNICIPAL.	400	UND
05	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ASSOCIADO AO FORNECIMENTO DE SALGADO, RISOLE, PETISCO, A BASE DE FARINHA DE TRIGO, MANTEIGA, RECHEIO BACALHAU, EMBALADO EM BANDEJA E SELADO COM PAPEL FILME, QUE SERÃO SOLICITADOS PREVIAMENTE E CONFORME AS NECESSIDADES DOS EVENTOS PROMOVIDOS PELA CÂMARA MUNICIPAL.	500	UND
06	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ASSOCIADO AO FORNECIMENTO DE DOCE, BOLO PRONTO, REDONDO, SABORES VARIADOS (TRADICIONAL, CHOCOLATE, MORANGO, BAUNILHA E LARANJA), PESO APROXIMADO 500G, PARA SER ENTREGUE EM BANDEJA DE PAPELÃO OU SIMILAR E SELADO COM PAPEL FILME, CONTENDO AS INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA, PARA ENTREGA EM EVENTOS PROMOVIDOS PELA CÂMARA MUNICIPAL	30	UND
07	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ASSOCIADO AO FORNECIMENTO DE CAFÉ DA MANHÃ/NOITE, COMPOSTO DE: CAFÉ, LEITE E SUCO, PÃO, QUEIJO, PRESUNTO, OVO MEXIDO, MANTEIGA, PODENDO VARIAR OS PRODUTOS DA TERRA: BATATA DOCE, AIPIM, BANANA DE CAFÉ COZIDA, BEIJU PRONTO OU FEITO NA HORA, DEVIDAMENTE	300	UND



ESTADO DA BAHIA

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO

CGC – 16.445.850/0001-33 - Fone – 74 3668 1110

Rua 2 de Julho, 103 - e-mail camaradevereadoresjd@gmail.com

	ACONDICIONADOS PARA ENTREGA EM EVENTOS PROMOVIDOS PELA CÂMARA MUNICIPAL.		
08	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ASSOCIADO A FORNECIMENTO DE BOLO DE AIPIM, EM FATIAS DE 100 GRAMAS, EMBALADO EM BANDEJA E SELADO COM PAPEL FILME, QUE SERÃO SOLICITADOS PREVIAMENTE E CONFORME AS NECESSIDADES DOS EVENTOS PROMOVIDOS PELA CÂMARA MUNICIPAL.	300	UND
09	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ASSOCIADO A FORNECIMENTO DE DOCE, BOLO DE FUBÁ DE MILHO, EM FATIAS DE 100 GRAMAS, EMBALADO EM BANDEJA E SELADO COM PAPEL FILME. QUE SERÃO SOLICITADOS PREVIAMENTE E CONFORME AS NECESSIDADES DOS EVENTOS PROMOVIDOS PELA CÂMARA MUNICIPAL.	120	UND
10	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ASSOCIADO A FORNECIMENTO DE DOCE, PUDIM, EM EMBALAGEM DESCARTÁVEL 130gr, TAMPA ARTICULADA, QUE SERÃO SOLICITADOS PREVIAMENTE E CONFORME AS NECESSIDADES DOS EVENTOS VARIADOS PROMOVIDOS PELA CÂMARA MUNICIPAL.	300	UNID
11	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ASSOCIADO A FORNECIMENTO DE DOCE, TORTA, TIPO ANIVERSÁRIO, RECHEIOS DE DIVERSOS SABORES, PESO MÍNIMO DE 1 KG DE FARINHA DE TRIGO, QUE SERÁ SOLICITADA PREVIAMENTE E CONFORME AS NECESSIDADES DOS EVENTOS PROMOVIDOS PELA CÂMARA MUNICIPAL.	10	KG
12	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ASSOCIADO A FORNECIMENTO DE EMPADA DE FRANGO, EMBALADA EM BANDEJA E SELADA COM PAPEL FILME, QUE DEVERÃO SER SOLICITADAS PREVIAMENTE E CONFORME AS NECESSIDADES DOS EVENTOS PROMOVIDOS PELA CÂMARA MUNICIPAL.	300	UND
13	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ASSOCIADO A FORNECIMENTO DE SALGADO, BARQUETE, RECHEADO COM FRANGO, EMBALADO EM BANDEJA E SELADO COM PAPEL FILME, QUE SERÃO SOLICITADOS PREVIAMENTE E CONFORME AS NECESSIDADES DOS EVENTOS PROMOVIDOS PELA CÂMARA MUNICIPAL.	350	UND
14	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ASSOCIADO A FORNECIMENTO DE SALGADO, BOLIVIANO, COM RECHEIO DE CARNE DE 1ª QUALIDADE, EMBALADO EM BANDEJA E SELADO COM PAPEL FILME. QUE SERÃO SOLICITADOS PREVIAMENTE E CONFORME AS NECESSIDADES DOS EVENTOS PROMOVIDOS PELA CÂMARA MUNICIPAL.	300	UND
15	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ASSOCIADO A FORNECIMENTO DE SALGADO, COXINHA, ALIMENTO FEITO À BASE DE FARINHA DE TRIGO, ESCALDADA, COZIDA, RECHEADA COM FRANGO EM FORMA DE COXA DE FRANGO, EMBALADO EM BANDEJA E SELADO COM PAPEL FILME, QUE SERÃO SOLICITADOS PREVIAMENTE E CONFORME AS NECESSIDADES DOS EVENTOS PROMOVIDOS PELA CÂMARA MUNICIPAL.	400	UND



ESTADO DA BAHIA

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO

CGC – 16.445.850/0001-33 - Fone – 74 3668 1110

Rua 2 de Julho, 103 - e-mail camaradevereadoresjd@gmail.com

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço/maior desconto, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA:

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante **Sistema de** <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>

2.1.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no presente Edital, bem como ter cadastro de acesso ao sistema e operacionalização.

2.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no **Portal** <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/> não cabendo ao provedor do Sistema ou à Câmara Municipal a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1. que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;

2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe



ESTADO DA BAHIA

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO

CGC – 16.445.850/0001-33 - Fone – 74 3668 1110

Rua 2 de Julho, 103 - e-mail camaradevereadoresjd@gmail.com

função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL:

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. **A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas** assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na



ESTADO DA BAHIA

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO

CGC – 16.445.850/0001-33 - Fone – 74 3668 1110

Rua 2 de Julho, 103 - e-mail camaradevereadoresjd@gmail.com

prestação dos serviços;

3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores NÃO poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

3.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus Arts. 42 a 49.

3.9.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital de Contratação Direta e seus anexos;

3.9.4. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.9.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;



ESTADO DA BAHIA

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO

CGC – 16.445.850/0001-33 - Fone – 74 3668 1110

Rua 2 de Julho, 103 - e-mail camaradevereadoresjd@gmail.com

3.10. Fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).

3.10.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

3.10.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

3.10.2. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

3.10.3. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

4. FASE DE LANCES:

4.1. **A partir das 09 (nove) horas** na data estabelecida neste edital de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para cadastro da proposta e o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste Edital.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar proposta/lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins desta Contratação Direta.

4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de 1% (um



ESTADO DA BAHIA

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO

CGC – 16.445.850/0001-33 - Fone – 74 3668 1110

Rua 2 de Julho, 103 - e-mail camaradevereadoresjd@gmail.com

porcento).

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO:

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.2.2. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

5.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

5.4. **O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua



ESTADO DA BAHIA

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO

CGC – 16.445.850/0001-33 - Fone – 74 3668 1110

Rua 2 de Julho, 103 - e-mail camaradevereadoresjd@gmail.com

apresentação.

5.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.5.1. conter vícios insanáveis;

5.5.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.6.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.6.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;



ESTADO DA BAHIA

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO

CGC – 16.445.850/0001-33 - Fone – 74 3668 1110

Rua 2 de Julho, 103 - e-mail camaradevereadoresjd@gmail.com

5.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Edital de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO:

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação elencados a seguir serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

c) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

6.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “a”, “b” e “c” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>), Acórdão nº 1793/2011-Plenário.

6.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no



ESTADO DA BAHIA

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO

CGC – 16.445.850/0001-33 - Fone – 74 3668 1110

Rua 2 de Julho, 103 - e-mail camaradevereadoresjd@gmail.com

Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.2.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.2.2.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

6.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3. Será solicitado o envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação, sob pena de inabilitação.

6.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.5. O fornecedor enquadrado como Microempreendedor Individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

6.6. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.7. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste edital.

6.7.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

6.8. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

7.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de



ESTADO DA BAHIA

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO

CGC – 16.445.850/0001-33 - Fone – 74 3668 1110

Rua 2 de Julho, 103 - e-mail camaradevereadoresjd@gmail.com

Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

7.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

7.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

7.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

7.6. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

7.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

8.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.6. prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à



ESTADO DA BAHIA

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO

CGC – 16.445.850/0001-33 - Fone – 74 3668 1110

Rua 2 de Julho, 103 - e-mail camaradevereadoresjd@gmail.com

atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.7. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.8. caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

9.1. Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo(s) distribuidor(es) judicial(ais) da sede da licitante, na sua validade constante no referido documento, ou caso não conste a data de validade da mesma, esta será considerada com data de validade de 30 (trinta) dias anteriores à data fixada para a realização do Certame;

10. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

10.1. Conforme exigências do Termo de Referência.

11. SANÇÕES:

11.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sendo aplicando multa com o percentual descrito a seguir).

a) Nos termos do Art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, será aplicado Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações;

b) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos previstos nos incisos I ao VII do Art. 155 da Lei Federal nº 14.133 de 2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos do Art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais



ESTADO DA BAHIA

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO

CGC – 16.445.850/0001-33 - Fone – 74 3668 1110

Rua 2 de Julho, 103 - e-mail camaradevereadoresjd@gmail.com

grave;

11.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

11.4. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

11.5. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

11.6. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

11.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11.8. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação seguirão as estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

12.1. O procedimento será divulgado no Portal de Compras Públicas e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores cadastrados no referido Portal Compras Públicas, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

12.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:



ESTADO DA BAHIA

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO

CGC – 16.445.850/0001-33 - Fone – 74 3668 1110

Rua 2 de Julho, 103 - e-mail camaradevereadoresjd@gmail.com

12.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

12.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

12.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

12.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

12.3. As providências dos subitens 14.2.1 e 14.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

12.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

12.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

12.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

12.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

12.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá realizar diligências, com o intuito de sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, obedecendo à definição do Acórdão nº 1211/2021.

12.9. As normas disciplinadoras deste Edital serão sempre interpretadas em favor da ampliação da



ESTADO DA BAHIA

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO

CGC – 16.445.850/0001-33 - Fone – 74 3668 1110

Rua 2 de Julho, 103 - e-mail camaradevereadoresjd@gmail.com

disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

12.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

12.13. Integram este Edital de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.13.1. **ANEXO I - Termo de Referência E/OU Estudo Técnico Preliminar.**

João Dourado/Ba, março de 2025

Viviane Vasconcelos Castro
Presidente



ESTADO DA BAHIA

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO

CGC – 16.445.850/0001-33 - Fone – 74 3668 1110

Rua 2 de Julho, 103 - e-mail camaradevereadoresjd@gmail.com

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Órgão Solicitante: Presidência da Câmara Municipal de João Dourado/BA
Unidade Requisitante: Câmara Municipal de João Dourado/BA

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BUFFET, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES E LANCHES (KIT FESTA), PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO/BA.

2. INTRODUÇÃO (Art. 6º, XXIII, “A” e “I” da Lei n. 14.133/2021):

Nos termos do art. 6º, XXIII, alínea “a” e alínea “i” da Lei Federal nº 14.133/2021, este Estudo Técnico Preliminar (ETP) e Termo de Referência (TR) têm por objetivo apresentar, de forma clara e fundamentada, a necessidade da contratação de serviços de fornecimento de refeições do tipo self service e kits festa, em dois lotes distintos, destinados a atender às demandas da Câmara Municipal de João Dourado/BA.

O presente documento contém a definição precisa do objeto, sua justificativa, bem como os requisitos da contratação, especificações técnicas, critérios de aceitação do objeto, obrigações da contratada e demais elementos essenciais para garantir a eficiência, economicidade e regularidade do procedimento de contratação, nos moldes estabelecidos pela legislação vigente.

A contratação será realizada por Dispensa Eletrônica de Licitação, com fundamento no art. 75, inciso II da referida Lei, tendo em vista que o valor estimado para os serviços não ultrapassa os limites legais. A instrução deste processo observa os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, assegurando a adequada prestação dos serviços à Administração Pública.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (Art. 7º, Inc. I da IN 40/2020 e Art. 18, § 1º, Inc. I da Lei nº 14.133/2021):

A presente contratação tem como objetivo atender à demanda recorrente de fornecimento de refeições tipo self service e kits festa para a Câmara Municipal de João Dourado/BA, especialmente durante a realização de eventos oficiais, sessões solenes, audiências públicas, capacitações, reuniões institucionais, solenidades comemorativas e demais ocasiões especiais, promovidas no âmbito do Poder Legislativo Municipal.

A necessidade decorre da obrigação institucional de proporcionar estrutura adequada e suporte logístico durante eventos que envolvam servidores, parlamentares, autoridades e a comunidade local, assegurando condições dignas de acolhimento e permanência, o que inclui a disponibilização de refeições e lanches nos termos das boas práticas administrativas.



ESTADO DA BAHIA

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO

CGC – 16.445.850/0001-33 - Fone – 74 3668 1110

Rua 2 de Julho, 103 - e-mail camaradevereadoresjd@gmail.com

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- a) A prestação dos serviços deverá ocorrer **mediante solicitação prévia da Câmara Municipal**, com **prazo mínimo de 48h (quarenta e oito horas)** para atendimento.
- b) Os serviços serão contratados **por demanda**, conforme a necessidade de realização de eventos oficiais, não gerando obrigação de consumo total dos quantitativos estimados.
- c) Os alimentos fornecidos deverão ser **frescos, dentro do prazo de validade**, preparados com **ingredientes de primeira qualidade**, observando as normas de higiene e segurança alimentar, conforme a legislação vigente (ANVISA e MAPA).
- d) A contratada deverá ser **responsável pelo transporte e entrega** dos alimentos no local indicado pela Administração, em condições adequadas de conservação e temperatura.
- e) O fornecimento será realizado **no município de João Dourado/BA**, com entrega na sede da Câmara Municipal ou em outro local previamente indicado

5. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

A contratação está amparada na Lei nº 14.133/2021, especificamente no Art. 75, inciso II, que permite a contratação direta que envolva valores inferiores a R\$ R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil. setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos), no caso de outros serviços e compras.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (Art. 7º, Inc. II da IN 40/2020 e Art. 18, § 1º, Inc. III da Lei nº 14.133/2021)

A presente solução visa atender à necessidade da Câmara Municipal de João Dourado/BA mediante a **contratação eventual de serviços de fornecimento de refeições tipo self service e kits festa**, em decorrência da realização de eventos institucionais diversos, como reuniões, audiências públicas, solenidades, recepções e demais ações de caráter oficial, conforme a agenda administrativa e legislativa.

A prestação dos serviços será dividida em **dois lotes independentes**, permitindo a contratação de um ou mais fornecedores, com especialização ou capacidade específica em cada tipo de fornecimento, de modo a garantir **maior competitividade, eficiência e economicidade**.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado para a contratação dos serviços será conforme proposta de valor apresentada, contratando o menor valor.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

A divisão do objeto em dois lotes distintos — Lote 1 (Refeições tipo self service) e Lote 2 (Kit Festa) — tem por objetivo atender ao princípio da eficiência e garantir a adequação do serviço prestado à natureza e à finalidade de cada tipo de evento realizado pela Câmara Municipal de João Dourado/BA.



ESTADO DA BAHIA

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO

CGC – 16.445.850/0001-33 - Fone – 74 3668 1110

Rua 2 de Julho, 103 - e-mail camaradevereadoresjd@gmail.com

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não há necessidade.

11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

Essa contratação está alinhada com o planejamento institucional da Câmara Municipal.

12. RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação dos serviços de fornecimento de refeições tipo self service e kits festa visa atender, de forma eficiente, as demandas institucionais da Câmara Municipal de João Dourado/BA durante eventos oficiais, reuniões e solenidades. Espera-se garantir qualidade e segurança alimentar, com fornecimento pontual e adequado às necessidades específicas de cada ocasião. Além disso, busca-se promover a economicidade e a racionalização dos recursos públicos, com preços compatíveis ao mercado local, bem como estimular a participação de fornecedores locais, inclusive pessoas físicas, fomentando a economia do município. A contratação será realizada de forma transparente e em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Após a aprovação deste Estudo Técnico Preliminar, será iniciada a contratação do interessado, conforme as disposições da Lei nº 14.133/2021, mediante dispensa de licitação.

14. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE:

A contratação dos serviços de fornecimento de refeições tipo self service e kits festa é viável tanto tecnicamente quanto economicamente. A demanda da Câmara Municipal de João Dourado/BA pode ser atendida por fornecedores locais, incluindo pessoas físicas, com qualidade e preços compatíveis ao mercado. A solução proposta está em conformidade com o interesse público, sendo possível sua execução conforme o Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência.

16. RESPONSÁVEL GERAL:

João Dourado, março de 2025

Viviane Vasconcelos Castro
Presidente



ESTADO DA BAHIA

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO

CGC – 16.445.850/0001-33 - Fone – 74 3668 1110

Rua 2 de Julho, 103 - e-mail camaradevereadoresjd@gmail.com

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BUFFET, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES E LANCHES (KIT FESTA), PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO/BA.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A contratação será realizada com base na Lei nº 14.133/2021, que regulamenta as licitações e contratos administrativos, em especial o disposto no artigo 75, II da 14.133/21.

3. JUSTIFICATIVA: A contratação dos serviços de fornecimento de refeições tipo self service e kits festa é necessária para atender às demandas de eventos institucionais promovidos pela Câmara Municipal de João Dourado/BA, como reuniões, audiências e solenidades. Estes serviços são essenciais para garantir a alimentação adequada e de qualidade aos participantes desses eventos, cumprindo com a função institucional da Câmara de proporcionar um ambiente eficiente e funcional.

A escolha por realizar a contratação por dispensa eletrônica, com base na Lei nº 14.133/2021, é justificada pela natureza eventual dos serviços e pela quantidade variável de refeições e kits necessários, dependendo da demanda de cada evento. Além disso, a cotação de preços locais e a pesquisa de preço público possibilitam a obtenção de propostas vantajosas e compatíveis com o mercado.

4. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

Lote	1:	Refeições	Tipo	Self	Service
Fornecimento de refeições completas, equilibradas e diversificadas, servidas em formato self service para eventos da Câmara Municipal de João Dourado/BA. As refeições devem ser de qualidade, seguras e atender a diferentes necessidades alimentares. O serviço inclui o fornecimento de utensílios e bebidas, com entrega pontual no local do evento.					

Lote	2:	Kits	Festa
Fornecimento de kits prontos para consumo, compostos por itens como sanduíches, salgadinhos, doces e bebidas, adequados para eventos rápidos. Os kits devem ser embalados de maneira segura, garantindo a qualidade dos alimentos e a facilidade de distribuição aos participantes.			

4. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Para habilitação o licitante DEVERÁ apresentar, para todos os itens/lotos:



ESTADO DA BAHIA

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO

CGC – 16.445.850/0001-33 - Fone – 74 3668 1110

Rua 2 de Julho, 103 - e-mail camaradevereadoresjd@gmail.com

HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e alterações em vigor, devidamente registrado, e, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento expedido no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

REGULARIDADE FISCAL:

- e) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- f) Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, relativa à sede do licitante;
- g) Prova de regularidade para com o Sistema de Seguridade Social (INSS), para as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991;
- h) Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- i) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do [Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no. 5.452, de 1º de maio de 1943](#) (CNDT).

Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

Qualificação Técnica da Empresa Contratada:

- b) Atestado de capacidade técnica.



ESTADO DA BAHIA

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO

CGC – 16.445.850/0001-33 - Fone – 74 3668 1110

Rua 2 de Julho, 103 - e-mail camaradevereadoresjd@gmail.com

5. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

O Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contatar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de dois anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de cinco anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21. 13.2 Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

6. DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO:

6.1 Serão designados pelo Contratante representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do contrato, nos termos do Art. 117, da Lei 14.133/21, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

6.2. Atividade exercida de modo sistemático pela contratante e seus prepostos, objetivando a verificação do cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos. É competente para pleno e total recebimento do objeto deste Termo, bem como a gestão do seu cumprimento, a Câmara Municipal através do titular da pasta e dos servidores:

Nome do Gestor/Fiscal de Contrato: Malone Souza Ramos, portaria nº 06 de 03 de janeiro de 2022.



ESTADO DA BAHIA

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO

CGC – 16.445.850/0001-33 - Fone – 74 3668 1110

Rua 2 de Julho, 103 - e-mail camaradevereadoresjd@gmail.com

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

7.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

7.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

7.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(s) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

7.4 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

7.5 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput); A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

7.6 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o município convocará o representante da empresa contratada para que seja feita a emissão da nota fiscal eletrônica, referente ao material adquirido.

7.7 Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

8.1 Responsabilizar-se por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho com os profissionais contratados, previstos na legislação vigente, sejam de âmbito trabalhista, previdenciário, social, securitários, bem como com as taxas, impostos, frete e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste Termo de Referência.

8.2 Indenizar o município por todo e qualquer dano decorrente, direta e indiretamente, da entrega ou da prestação de serviços, por culpa ou dolo de seus empregados ou prepostos.

8.3 Cumprir fielmente as exigências deste Termo de Referência.

8.4 Manter-se durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei 14.133/21.



ESTADO DA BAHIA

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO

CGC – 16.445.850/0001-33 - Fone – 74 3668 1110

Rua 2 de Julho, 103 - e-mail camaradevereadoresjd@gmail.com

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- 9.1 Notificar a **CONTRATADA** sobre qualquer irregularidade encontrada na efetiva prestação dos serviços, fixando prazo para corrigi-la;
- 9.2 Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA** nas condições estabelecidas;
- 9.3 Fiscalizar a prestação dos serviços, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da **CONTRATADA** pelo perfeito cumprimento das obrigações estabelecidas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;
- 9.4 Rejeitar todo e qualquer produto/serviço em desconformidade com as especificações deste termo de referência;
- 9.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por intermédio de servidor designado por este, devendo anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à referida execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos detectados e comunicar, antes de expirada a vigência do contrato, as irregularidades apuradas aos superiores e aos órgãos competentes, caso as decisões e medidas corretivas ou sancionatórias a serem adotadas se situem fora do seu âmbito de competência.
- 9.6 Observar, em compatibilidade com o objeto da contratação, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21

10. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

- 10.1 O pagamento decorrente da prestação de serviços dos serviços será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento da nota fiscal/fatura, devidamente acompanhada das certidões de regularidade junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, CRF/FGTS e CNDT vigentes.
- 10.2 Os pagamentos à **CONTRATADA** somente serão realizados mediante a efetiva entrega/prestação de serviços dos serviços nas condições estabelecidas, que será comprovado por meio Termo de Recebimento 10.3Definitivo do Objeto e/ou Recibo pelo Servidor responsável pelo recebimento;
- 10.4 O Servidor responsável pelo recebimento, identificando qualquer divergência na nota fiscal/fatura, deverá devolvê-la à **CONTRATADA** para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado acima será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício.
- 10.5 Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da **CONTRATADA**, sem que isso gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeiro ou paralisação da execução do objeto deste Termo.
- 10.6 Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados da **CONTRATADA**.



ESTADO DA BAHIA

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO

CGC – 16.445.850/0001-33 - Fone – 74 3668 1110

Rua 2 de Julho, 103 - e-mail camaradevereadoresjd@gmail.com

RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA:

João Dourado, março de 2025.

Viviane Vasconcelos Castro
Presidente

Cotação 002 - CAMARA MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO

Validade da cotação: 90 dias

Descrição: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BUFFET, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES E LANCHES (KIT FESTA), PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO DOURADO/BA.

Criado em: 22/03/2025 21:09

Gerado em: 24/03/2025 13:28:47

Item 1

REFEIÇÕES NO SISTEMA SELF - SERVIC: COM NO MÍNIMO: FEIJÃO, ARROZ E/OU MACARRÃO, SALADA CRUA COM NO MÍNIMO TRÊS TIPOS DE VERDURAS E LEGUMES, BATATA GRATINADA, SALADA COZIDA, GUARNIÇÃO COM 02 COMPONENTES CARNE BOVINA, SUÍNA, PEIXE OU FRANGO.

Participante	Documento	Modelo	Marca	Quantidade	Unidade	Proposta	Método
LOIDE DOURADO SILVA DE OLIVEIRA	18101097520	PRÓPRIA	PRÓPRIA	200,00	UND	R\$ 50,00 (Proposta)	MANUAL
MONIA VIEIRA BUFFET LTDA	17816155000101	PRÓPRIA	PRÓPRIA	200,00	UND	R\$ 50,00 (Proposta)	MANUAL
CARMEN C DE C FERREIRA LTDA	03955625000103	PRÓPRIA	PRÓPRIA	200,00	UND	R\$ 56,00 (Proposta)	IMPORTADO

Método: Média

Valor unitário: R\$ 52,00

Valor total: R\$ 10400,00

Item 2

REFRIGERANTE EM GARRAFA DESCARTAVEL DE 2000 ML: OS SABORES DEVEM SER VARIADOS. CONTENDO AS SEGUINTE COMPOSIÇÕES: COLA - (AGUA, GASEIFICADA, EXTRATO DE NOZ DE COLA, CAFEINA, CORANTE AMARELO IV, ACIDULANTE INS 338 E AROMA NATURAL NÃO CONTEM GLUTEN, NÃO ALCOOLICO), LARANJA (AGUA GASEIFICADA, AÇUCAR, SUCO NATURAL DE LARANJA, 10% AROMA ARTIFICIAL, ACIDULANTE INS330, CONSERVADOE INS 211, ESTABILIZANTES INS444 E INS480, CORANTE ARTIFICIAL INS 110. NÃO CONTEM GLUTEN, NÃO ALCOOLICO), UVA - (AGUA GASEIFICADA, AÇUCAR, SUCO NATURAL DE UVA, 10% AROMA ARTIFICIAL, ACIDULANTE INS330, CONSERVADOE INS 211, CORANTE ARTIFICIAL INS 123, INS 133 E TRATARZINA, AROMA SINTETICO ARTIFICIAL, NÃO CONTEM GLUTEN, NÃO ALCOOLICO), GUARANA - (AGUA GASEIFICADA, AÇUCAR, SEMENTE DE GUARANA 0,025%, ACIDULANTE INS330, CORANTE AMARELO IV, AROMA SINTETICO IDENTICO AO NATURAL, CONSERVADOR INS 211, NÃO CONTEM GLUTEN, NÃO ALCOOLICO), LIMÃO - (AGUA GASEIFICADA, AÇUCAR, SUCO NATURAL DE LIMÃO 2,5%, AROMA NATURAL, ACIDULANTE INS330, CONSERVADOR INS 211, NÃO CONTEM GLUTEN, NÃO ALCOOLICO).

Participante	Documento	Modelo	Marca	Quantidade	Unidade	Proposta	Método
MONIA VIEIRA BUFFET LTDA	17816155000101	PRÓPRIA	PRÓPRIA	80,00	UND	R\$ 14,00 (Proposta)	MANUAL
LOIDE DOURADO SILVA DE OLIVEIRA	18101097520	PRÓPRIA	PRÓPRIA	80,00	UND	R\$ 9,00 (Proposta)	MANUAL
A.E.M OESTE COMERCIAL EIRELI	12144365000179		AMBEV	80,00	UND	R\$ 13,98 (Proposta)	IMPORTADO

Método: Média

Valor unitário: R\$ 12,3267

Valor total: R\$ 986,1333

FORNECIMENTO DE SUCO NATURAL DE FRUTAS

Participante	Documento	Modelo	Marc a	Quantida de	Unida de	Proposta	Método
MONIA VIEIRA BUFFET LTDA	17816155000101	PROPRIA	PROPRIA	20,00	LT	R\$ 10,00 (Proposta)	MANUAL
LOIDE DOURADO SILVA DE OLIVEIRA	18101097520	PROPRIO	PROPRIA	20,00	LT	R\$ 10,00 (Proposta)	MANUAL
GMC COMERCIO DE ALIMENTOS ACUCARE LTDA	30892220000138		Serviço	20,00	LT	R\$ 9,50 (Proposta)	IMPORTADO

Método: Média	Valor unitário: R\$ 9,8333	Valor total: R\$ 196,6667
---------------	----------------------------	---------------------------

Método: Média	Valor unitário: R\$ 9,8333	Valor total: R\$ 196,6667
---------------	----------------------------	---------------------------

KIT FESTA COM 05 SALGADOS, 01 FATIA DE BOLO E DOIS DOCINHOS.

Participante	Documento	Modelo	Marca	Quantidade	Unidade	Proposta	Método
MONIA VIEIRA BUFFET LTDA	17816155000101	PROPRIO	PROPRIO	400,00	UND	R\$ 14,00 (Proposta)	MANUAL
LOIDE DOURADO SILVA DE OLIVEIRA	18101097520	PROPRIO	PROPRIO	400,00	UND	R\$ 13,50 (Proposta)	MANUAL
FERNANDO VIANA DE CARVALHO JUNIOR	13127034000193		PROPRIA	400,00	UND	R\$ 12,00 (Proposta)	IMPORTADO

Método: Média	Valor unitário: R\$ 13,1667	Valor total: R\$ 5266,6667
---------------	-----------------------------	----------------------------

Método: Média	Valor unitário: R\$ 13,1667	Valor total: R\$ 5266,6667
---------------	-----------------------------	----------------------------

PÃOZINHO DE QUEIJO, TAMANHO PADRÃO, COM RECHEIO DE PATÊ NOS SABORES: FRANGO, PRESUNTO, QUEIJO OU AZEITONA, QUE DEVE SER SOLICITADO PREVIAMENTE E EMBALADO EM BANDEJA SELADA COM PAPEL FILME. O PRODUTO DEVE ESTAR DE ACORDO COM AS NORMAS E RESOLUÇÕES DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA.

Participante	Documento	Modelo	Marc a	Quantid ade	Unida de	Proposta	Método
MONIA VIEIRA BUFFET LTDA	17816155000101	PROPRIO	PROPRI O	300,00	UND	R\$ 1,30 (Proposta)	MANUAL
LOIDE DOURADO SILVA DE OLIVEIRA	18101097520	PROPRIO	PROPRI O	300,00	UND	R\$ 1,25 (Proposta)	MANUAL
SUPER COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	12970750000175	PAO DE QUEIJO ASSADO	MOTTE R	300,00	UND	R\$ 1,38 (Vencedor)	IMPORTA DO

Método: Média	Valor unitário: R\$ 1,31	Valor total: R\$ 393,00
---------------	--------------------------	-------------------------

Método: Média	Valor unitário: R\$ 1,31	Valor total: R\$ 393,00
---------------	--------------------------	-------------------------

Item 6

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ASSOCIADO AO FORNECIMENTO DE SALGADO, QUIBE, PRONTO PARA CONSUMO, TAMANHO MÉDIO, QUE DEVE SER SOLICITADO PREVIAMENTE E EMBALADO EM BANDEJA E SELADOS EM PAPEL FILME, QUE SERÃO SOLICITADOS PREVIAMENTE E CONFORME AS NECESSIDADES DOS EVENTOS PROMOVIDOS PELA CÂMARA MUNICIPAL.

Participante	Documento	Modelo	Marca	Quantidade	Unidade	Proposta	Método
MONIA VIEIRA BUFFET LTDA	17816155000101	PROPRIO	PROPRIO	500,00	UND	R\$ 1,00 (Proposta)	MANUAL
LOIDE DOURADO SILVA DE OLIVEIRA	18101097520	PROPRIO	PROPRIO	500,00	UND	R\$ 1,30 (Proposta)	MANUAL
46.291.792 VALMIK COSTA LIMA	46291792000100		Serviço	500,00	UND	R\$ 1,00 (Vencedor)	IMPORTADO

Método: MédiaValor unitário: R\$ 1,10Valor total: R\$ 550,00

Item 7

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ASSOCIADO AO FORNECIMENTO DE SALGADO, PASTEL, RECHEADO COM CARNE DE 1ª. EMBALADO EM BANDEJA E SELADO COM PAPEL FILME, QUE SERÃO SOLICITADOS PREVIAMENTE E CONFORME AS NECESSIDADES DOS EVENTOS PROMOVIDOS PELA CÂMARA MUNICIPAL.

Participante	Documento	Modelo	Marca	Quantidade	Unidade	Proposta	Método
MONIA VIEIRA BUFFET LTDA	17816155000101	PROPRIO	PROPRIO	400,00	UND	R\$ 1,05 (Proposta)	MANUAL
LOIDE DOURADO SILVA DE OLIVEIRA	18101097520	PROPRIO	PROPRIO	400,00	UND	R\$ 1,00 (Proposta)	MANUAL
PANIFICADORA BOLO FOFO LTDA	15170726000140	PROPRIA	PROPRIA	400,00	UND	R\$ 1,62 (Proposta)	IMPORTADO

Método: MédiaValor unitário: R\$ 1,2233Valor total: R\$ 489,3333

Item 8

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ASSOCIADO AO FORNECIMENTO DE SALGADO, RISOLE, PETISCO, A BASE DE FARINHA DE TRIGO, MANTEIGA, RECHEIO BACALHAU, EMBALADO EM BANDEJA E SELADO COM PAPEL FILME, QUE SERÃO SOLICITADOS PREVIAMENTE E CONFORME AS NECESSIDADES DOS EVENTOS PROMOVIDOS PELA CÂMARA MUNICIPAL.

Participante	Documento	Modelo	Marca	Quantidade	Unidade	Proposta	Método
MONIA VIEIRA BUFFET LTDA	17816155000101	PROPRIO	PROPRIO	500,00	UND	R\$ 1,10 (Proposta)	MANUAL
LOIDE DOURADO SILVA DE OLIVEIRA	18101097520	PROPRIO	PROPRIO	500,00	UND	R\$ 1,50 (Proposta)	MANUAL
SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	07882240000106		Serviço	500,00	UND	R\$ 1,40 (Vencedor)	IMPORTADO

Valor total: R\$ 666,6667

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ASSOCIADO AO FORNECIMENTO DE DOCE, BOLO PRONTO, REDONDO, SABORES VARIADOS (TRADICIONAL, CHOCOLATE, MORANGO, BAUNILHA E LARANJA), PESO APROXIMADO 500G, PARA SER ENTREGUE EM BANDEJA DE PAPELÃO OU SIMILAR E SELADO COM PAPEL FILME, CONTENDO AS INFORMAÇÕES CONFORME LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA, PARA ENTREGA EM EVENTOS PROMOVIDOS PELA CÂMARA MUNICIPAL

Valor total: R\$ 421,10

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ASSOCIADO AO FORNECIMENTO DE CAFÉ DA MANHÃ/NOITE, COMPOSTO DE: CAFÉ, LEITE E SUÇO, PÃO, QUEIJO, PRESUNTO, OVO MEXIDO, MANTEIGA, PODENDO VARIAR OS PRODUTOS DA TERRA: BATATA DOCE, AIPIM, BANANA DE CAFÉ COZIDA, BEIJU PRONTO OU FEITO NA HORA, DEVIDAMENTE ACONDICIONADOS PARA ENTREGA EM EVENTOS PROMOVIDOS PELA CÂMARA MUNICIPAL.

Valor total: R\$ 7100,00

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ASSOCIADO A FORNECIMENTO DE BOLO DE AIPIM, EM FATIAS DE 100 GRAMAS, EMBALADO EM BANDEJA E SELADO COM PAPEL FILME, QUE SERÃO SOLICITADOS PREVIAMENTE E CONFORME AS NECESSIDADES DOS EVENTOS PROMOVIDOS PELA CÂMARA MUNICIPAL.

Participante	Documento	Modelo	Marca	Quantidade	Unidade	Proposta	Método
MONIA VIEIRA BUFFET LTDA	17816155000101	PROPRIO	PROPRIO	300,00	UND	R\$ 7,00 (Proposta)	MANUAL

Participante	Documento	Modelo	Marca	Quantidade	Unidade	Proposta	Método
MONIA VIEIRA BUFFET LTDA	17816155000101	PROPRIO	PROPRIO	300,00	UND	R\$ 1,15 (Proposta)	MANUAL
LOIDE DOURADO SILVA DE OLIVEIRA	18101097520	PROPRIO	PROPRIO	300,00	UND	R\$ 1,10 (Proposta)	MANUAL
PANIFICADORA RMP BRAGANEY LTDA	50274171000187	PROPRIO	PROPRIA	300,00	UND	R\$ 1,61 (Proposta)	IMPORTADO
<div>Método: Média</div> <div>Valor unitário: R\$ 1,2867</div> <div>Valor total: R\$ 386,00</div>							

Item 18							
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ASSOCIADO A FORNECIMENTO DE SALGADO, COXINHA, ALIMENTO FEITO À BASE DE FARINHA DE TRIGO, ESCALDADA, COZIDA, RECHEADA COM FRANGO EM FORMA DE COXA DE FRANGO, EMBALADO EM BANDEJA E SELADO COM PAPEL FILME, QUE SERÃO SOLICITADOS PREVIAMENTE E CONFORME AS NECESSIDADES DOS EVENTOS PROMOVIDOS PELA CÂMARA MUNICIPAL.							
Participante	Documento	Modelo	Marca	Quantidade	Unidade	Proposta	Método
MONIA VIEIRA BUFFET LTDA	17816155000101	PROPRIO	PROPRIO	400,00	UND	R\$ 1,00 (Proposta)	MANUAL
LOIDE DOURADO SILVA DE OLIVEIRA	18101097520	PROPRIO	PROPRIO	400,00	UND	R\$ 1,00 (Proposta)	MANUAL
SUPERMERCADO SAO CRISTOVAO LTDA	07882240000106		Serviço	400,00	UND	R\$ 1,40 (Vencedor)	IMPORTADO
<div>Método: Média</div> <div>Valor unitário: R\$ 1,1333</div> <div>Valor total: R\$ 453,3333</div>							

Valor total da cotação:

R\$ 35781,8667

ALISSON SANTOS MOTA (095.515.875-37)

Cotação gerada através do sistema BNC (<https://bnccompras.com>).